



Marcha
Mundial
das
Mulheres

As feministas

denunciam:

TARCÍSIO É

INIMIGO

DAS MULHERES!

A VIDA

EM SÃO PAULO

ANDA DIFÍCIL

Está cada dia mais difícil tocar a vida no estado de São Paulo. A venda sem limites dos serviços públicos, a falta de investimento na educação, a piora na qualidade do atendimento dos hospitais. Está cada vez mais caro se locomover no estado, seja nas rodovias, entre um município e outro e por dentro das cidades. O medo é sensação cotidiana no estado com o maior índice de feminicídio do Brasil. A violência policial, torturas e a truculência da falta de segurança pública que usa a polícia para exterminar as populações negras e cada vez mais empobrecidas. Não é todo mundo que vive do mesmo jeito aqui. Para os grileiros e empresários, o governo do estado abre caminhos e facilita o enriquecimento, já para a população, sobra adoecimento e abandono do poder público. Essa é a política da extrema-direita representada pelo governador Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, e seus aliados.

As mulheres vivenciam isso de perto. Somos nós as que mais usam o transporte público e as que mais sofrem quando ele falha. Somos as que mais dependem do SUS e as que cuidam

de forma permanente das pessoas adoecidas sem atendimento. Somos as que carregam infinitas jornadas de trabalho: o trabalho remunerado e o trabalho doméstico e de cuidados muitas vezes invisível para a sociedade patriarcal, racista e capitalista. Somos as que vivem com medo da violência e as que menos recebem proteção do Estado. Nesse jornal vamos tratar de como a vida anda difícil no nosso estado e como se organizar para mudar essa realidade.

Mas, afinal, quais são as responsabilidades de um governo estadual?

No Brasil, os governos estaduais têm responsabilidades diretas sobre a vida da população. É o estado que organiza e financia a rede de saúde de média e alta complexidade: os hospitais regionais, centros especializados, urgências. É o estado que mantém a rede pública de ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano) e médio, responsável por mais de 3 milhões de estudantes só em São Paulo. É o estado que comanda a segurança pública: a polícia civil, polícia militar e polícia penal. É o estado que regula e fiscaliza o transporte intermunicipal de passageiros, as rodovias concedidas e os sistemas metroferroviários. É o estado que deve garantir o saneamento básico e a distribuição de água. É o estado que gere as terras públicas estaduais e os recursos naturais sob sua jurisdição, isso está previsto na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo. O estado de São Paulo tem o maior orçamento estadual do país: R\$ 382,3 bilhões previstos para 2026. Não falta dinheiro, é uma escolha política se comprometer apenas com os ricos, enquanto piora a vida do povo.



A violência contra as mulheres, e o povo negro e pobre TEM AS MÃOS DE TARSÍCIO!

A violência faz parte do cotidiano das mulheres em todo o estado de São Paulo, do litoral ao interior, da capital às periferias. A violência que conhecemos e que marca nossas vidas não é um acidente. Para manter essa economia girando é preciso controlar nossos corpos, nosso trabalho e nossas vidas.

Os números denunciam: em 2025, São Paulo registrou 266 feminicídios, o maior índice desde 2018. **Uma mulher assassinada a cada 33 horas.** Com orçamento previsto de R\$ 382,3 bilhões para 2026, a violência é mais uma das desigualdades que existem no estado mais rico do país. Parece uma contradição, mas faz parte da política do governador e de seus aliados. Um dos exemplos é o corte de 54,6% das verbas da Secretaria das Mulheres do estado de São Paulo. Em 2025, dos R\$ 38,2 milhões previstos para combate à violência, apenas R\$ 10 milhões foram efetivamente usados, isso significa que 72% do orçamento simplesmente não foi executado. Essa é uma escolha que contribui para a morte de mulheres.

O Estado é cúmplice: corte das verbas contra a violência, fechamento do Hospital Nova Cachoeirinha (referência em aborto legal), apenas 20 unidades da Casa da Mulher Paulista em todo o estado, delegacias da mulher sem estrutura no interior e militarização das periferias que aterroriza em vez de proteger.

O racismo que nós mulheres negras enfrentamos está na desigualdade salarial, na discriminação racial, na falta de serviços públicos e na violência de Estado praticada pela política militar. Conviver com a dor de ver seus filhos e familiares assassinados pela polícia do Estado, o medo permanente de abordagem policiais cada vez mais violentas e com torturas faz parte do cotidiano. Vimos nas chacinas na Baixada Santista, conhecidas como Operação Escudo e Operação Verão, mais de 80 vítimas, em sua maioria pessoas negras, com execuções sumárias e tortura documentadas pela Ouvidoria da Polícia Militar, movimentos sociais e organizações de direitos humanos.

Nenhuma mulher deve viver com medo de ser a próxima a sofrer violência. Por isso afirmamos: enquanto o governo criminaliza a população negra e pobre e persegue movimentos sociais, destrói e abandona as políticas que salvam vidas. A auto-organização das mulheres é nossa resposta para barrar essa política que alimenta o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Quando nos reunimos pra denunciar, exigir políticas públicas e construir alternativas juntas no movimento feminista popular, nos fortalecemos para enfrentar esse dia-a-dia tão difícil.

A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer!

Tarcísio quer que trabalhem

ATÉ MORRER!



Trabalhar fora ao mesmo tempo que pensa nos filhos, na lista do mercado, na falta de dinheiro para pagar as contas. Ter que largar o emprego porque precisa cuidar de alguém doente ou por não ter vaga na creche. Cuidar dos netos e das crianças da vizinhança ao mesmo tempo que se preocupa se vai ter o dinheiro do remédio que está acabando. Olhar os irmãos mais novos, em vez de brincar ou estudar. Esses são apenas alguns exemplos de como as mulheres e meninas trabalham sem parar por serem quase sempre as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. São muitas tarefas que parecem não caber em 24 horas de um dia.

O trabalho doméstico e de cuidados sustenta a economia. Sem ele, nada funciona: nem o transporte, nem a saúde, nem a escola. Mas essas atividades não são reconhecidas nem mesmo como um **trabalho**. Quem o realiza, na esmagadora maioria dos casos, são as mulheres negras, periféricas que estão nos centros urbanos e também nas áreas rurais, nos territórios quilombolas e indígenas.

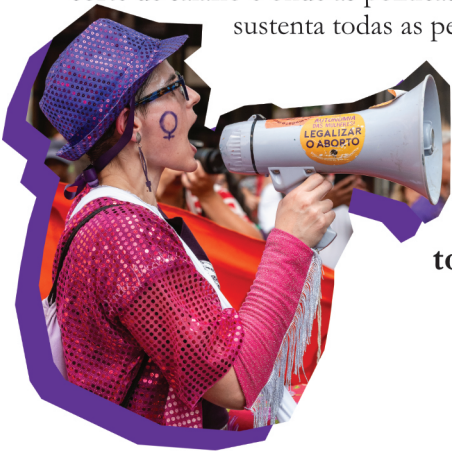
Nos empregos remunerados e informais as mulheres são maioria. No emprego remunerado registrado, vivemos condições precárias, assédio, salários menores e jornadas enormes. No serviço público estadual, professoras da Educação Básica I (PEB I) recebem salário inicial 46,5% abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional. O vale alimentação de servidoras segue em apenas R\$ 12,00, o que é insuficiente para qualquer refeição. Os reajustes ficam abaixo da inflação, ano após ano.

Mulheres negras ganham em média 40% menos do que homens brancos pelo mesmo trabalho. E ainda realizam a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados, sem reconhecimento e sem descanso. Isso não deve ser destino de ninguém, é resultado de um sistema econômico que precisa ser transformado por nós.

Por isso que quando conversamos sobre o fim da escala 6 por 1, afirmamos que é um avanço para a classe trabalhadora e que para nós mulheres, precisamos avançar ainda mais. Para nós, essa luta precisa ser combinada com políticas públicas que dividam o trabalho doméstico e de cuidados com o Estado, porque mais tempo para a família pode significar para muitas de nós, mais tempo de trabalho. Em vez de ampliar creches, centros-dia, restaurantes públicos e aderir à Política Nacional



de Cuidados do governo federal, Tarcísio distribuiu bilhões em renúncia fiscal para grandes empresas — R\$ 85,6 bilhões projetados só em 2026 — enquanto aplica reajustes insuficiente para as trabalhadoras. O modelo econômico atual coloca o lucro acima da vida. Nós queremos o contrário. Queremos uma sociedade onde o cuidado seja valorizado, onde a jornada de trabalho seja reduzida sem corte de salário e onde as políticas públicas sustentem quem sustenta todas as pessoas: as mulheres.



**Pelo fim da
escala 6x1, por
políticas
públicas de
cuidado para
todo mundo!**

Tarcísio militariza as escolas

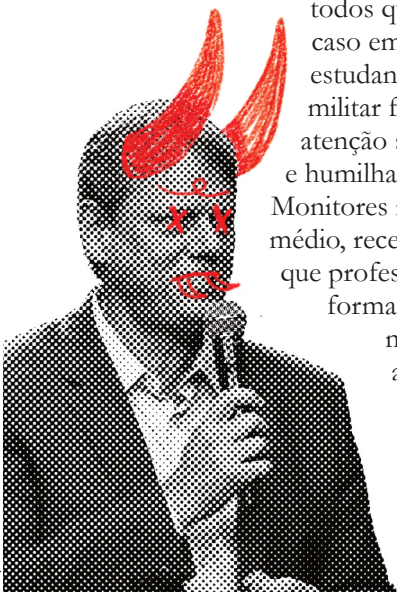
e destrói a educação pública

no estado de São Paulo

Tarcísio vende modernidade e disciplina, mas destrói escolas com a falta de manutenção, sem ventilação no calor do interior paulista, precariza o trabalho das professoras com salários abaixo do piso nacional e trata estudantes como suspeitos que devem ser vigiados. Os dados são alarmantes: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB caiu para patamares piores do que durante a pandemia. No ensino médio, o índice recuou de 5,3 (2021) para 5,1 (2023), abaixo das metas e inferior a 2019. Em um estado com recursos amplos, isso é uma escolha política.

Logo no início do governo, Tarcísio anunciou corte de R\$ 10 bilhões na educação. Ao mesmo tempo, lançou as escolas cívico-militares — sem comprovação científica de melhora no aprendizado, mas com muito controle sobre o corpo das estudantes: cortes de cabelo padronizados, proibições e vigilância sobre o jeito de se comportar de

todos que estão dentro das escolas. O caso em Sorocaba do desmaio de estudantes após quase horas em formação militar foi um exemplo que chamou atenção sobre como a pressão psicológica e humilhação fazem parte da disciplina. Monitores militares, com formação de nível médio, recebem proporcionalmente mais do que professoras com ensino superior e formação continuada. As escolas cívico-militares recebem mais verbas que as demais, criando uma desigualdade explícita entre estudantes do mesmo estado.



Hoje em São Paulo existe uma tentativa de plataformização da educação, isso significa transformar todo o conteúdo escolar no mesmo em qualquer parte do estado de São Paulo. A plataformização do ensino comandada pelo secretário Renato Feder jogou quase R\$ 500 milhões em licenças digitais sem melhora no desempenho. Professoras são punidas por não bater metas em plataformas. Estudantes com deficiência são excluídos porque os sistemas não são adaptados. No início de 2026, 147 escolas foram obrigadas a separar estudantes com rendimento mais baixo dos demais. Essa é uma proposta já tentada e abandonada por estigmatizar quem precisa de apoio pedagógico. O objetivo é rebaixar a qualidade do ensino para a classe trabalhadora enquanto gera lucro para empresas privadas. Professoras adoecidas, estudantes sem perspectiva e famílias sem voz. A gestão de Tarcísio sabota a educação pública.

Chega de militarização e destruição das escolas!

A água, os territórios

e as mulheres

NÃO SÃO MERCADORIA!

Para Tarcísio, a água é mercado. A privatização da SABESP, companhia que abastece milhões de paulistas, da capital ao interior, entregou ao capital privado um bem que pertence ao povo. O resultado: fornecimento deteriorado, esgoto despejado no Rio Tietê, falta de água nas periferias e tarifas subindo acima da inflação desde 2022.

A privatização não atinge todos de forma igual, porque a lógica de mercado da SABESP privatizada corta a água nos bairros com reservatórios menores - os mais pobres. Enquanto bairros ricos têm água farta, as periferias enfrentam torneiras secas. Quando isso acontece, as mulheres sentem o aumento do trabalho porque são as principais responsáveis por organizar a rotina das casas e de seus territórios: planejar as tarefas em função da falta de água e buscar alternativas quando a falta bate na porta. O aumento do adoecimento das pessoas por saneamento precário recai diretamente sobre nós. O Sistema Cantareira abastece quase metade da Região Metropolitana. Diante do atual regime de chuvas, a SABESP privatizada não tem planos de prevenção para os bairros mais vulneráveis. O lucro vem primeiro, mas não deve ser assim.

Além da água, Tarcísio entrega as terras. Usando a Lei 17.557/2022, o governo vende terras devolutas públicas com desconto de até 90% para fazendeiros grileiros. Estima-se que 720 mil hectares estejam em jogo, isso significa mais de R\$ 18 bilhões entregues ao grande capital. Enquanto isso, famílias sem-terra, quilombolas e comunidades tradicionais do Pontal do Paranapanema, do Vale do Ribeira e do Sudoeste Paulista seguem resistindo e lutando pela reforma agrária e por seus territórios.

São regiões com forte presença de comunidades negras, indígenas e camponesas. Mulheres líderes dessas comunidades resistem e são as primeiras a sofrer as consequências da grilagem. A mobilização popular conseguiu suspender judicialmente uma audiência pública sobre a venda, mas a luta continua. Tarcísio avança ainda sobre as terras dos institutos de pesquisa pública, laboratórios com décadas de pesquisa agrícola para favorecer o mercado imobiliário. E transforma parques estaduais em shoppings e em negócios privados.

**Defendemos nossos territórios,
nossas vidas e comunidades!**

Se locomover em São Paulo

CUSTA CARO!

Quem mais usa o transporte público em São Paulo são as mulheres. Vamos ao trabalho, levamos os filhos à escola, acompanhamos parentes ao médico e voltamos para nossas casas, muitas vezes em locais distantes dos centros comerciais e dos serviços públicos. O transporte não é um detalhe: é a espinha dorsal da nossa autonomia. Quando ele falha, somos nós que ficamos paradas no ponto, expostas e vulneráveis ao medo e à violência.

Além de altas, as tarifas não asseguram uma viagem tranquila e sem violência para nós mulheres. O transporte público é um dos locais onde a violência contra as mulheres e o assédio está presente. As tarifas sobem acima da inflação: Anhanguera e Bandeirantes, mais de 6%; Rodovias dos Imigrantes e Anchieta, mais de 8%. O trajeto São Paulo–Campinas, ida e volta já custa R\$ 54,80. Capital–Baixada Santista: R\$ 77,40. Para Guarulhos, a promessa é que o metrô fique pronto apenas em 2033.

Na cidade de São Paulo, Tarcísio entregou o transporte ao mercado. O metrô Linha 5 Lilás e os trens Linhas 8 e 9 foram concedidos a empresas privadas e o resultado é desastroso. Atrasos constantes, vagões superlotados, ar condicionado quebrado, segurança precária. Em maio de 2025, um trabalhador morreu prensado entre as portas da Linha 5 Lilás por falta de dispositivo automático de reabertura. Em 2023, houve descarrilamento na Lapa. Esses casos que parecem isolados montam um cenário de desmonte.



**Chega de privatização que
encarece e mata!**

Para Tarcísio

a saúde das pessoas

NÃO VALE NADA!

O governo Tarcísio desmonta a saúde pública enquanto anuncia números falsos. Afirmou ter criado 8 mil novos leitos SUS. A realidade: o número de leitos sob gestão estadual caiu de 31.373 (dezembro de 2022) para 30.933 (dezembro de 2025). Em 2024, outros 867 deixaram de ser disponibilizados nos hospitais do estado. No Hospital Geral de Guaianases, 64% dos leitos estão indisponíveis.

Para maquiar o fracasso, a Secretaria da Saúde criou a fórmula dos "leitos equivalentes". Na prática é uma conta que confunde produção hospitalar com capacidade instalada. A "Tabela SUS Paulista", apresentada como solução para filas, na prática prioriza hospitais privados e filantrópicos e retira recursos da atenção básica. É a privatização silenciosa do SUS, embrulhada em discurso de modernização.


Para as mulheres, o desmonte é ainda mais cruel. O Hospital Vila Nova Cachoeirinha, que acolhe o serviço de aborto legal previsto em lei só foi reaberto com muita luta e pressão dos movimentos feministas. Serviços de saúde reprodutiva foram precarizados em todo o estado. Concursos públicos para reposição de profissionais não são realizados. Quem trabalha nos hospitais adocece: jornadas exaustivas, falta de equipamentos e sensação permanente de impotência diante da demanda crescente.

O Estado de São Paulo terminou 2025 com déficit de R\$ 12,2 bilhões. Mas encontra dinheiro para pagar concessionárias e distribuir R\$ 85,6 bilhões em renúncia fiscal para empresas. Para o SUS, para a nossa saúde, sobra apenas descaso e propaganda.

O SUS é uma conquista do povo brasileiro e que para funcionar como deve precisa de investimento real no sistema público de saúde do interior à capital, de trabalhadores com condições de trabalho dignas, por isso exigimos concursos públicos, manutenção dos hospitais, respeito ao direito de abortar das mulheres e pessoas que gestam.

E como você pode contribuir nessa luta?

Construa a campanha "Tarcísio: inimigo das mulheres" junto com a Marcha Mundial das Mulheres em sua região!

 @tarsicioinimigodasmulheres

Site: www.tarsicioinimigodasmulheres.com.br

 @marchamulheressp

@marchamulheres

 @marchamundialdasmulheresbrasil

 @MarchaMundialdasMulheres

Site: marchamundialdasmulheres.org.br

E-mail: marchamulheres@sof.org.br

